



PL 762/2021

PARECER DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 762/2021.

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do nobre Vereador Rubinho Nunes (UNIÃO), que “inclui conceitos dos perigos de governos autoritários e totalitários na Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências”.

De acordo com a propositura, os conceitos dos perigos de Governos autoritários e totalitários poderão ser abordados nas disciplinas da grade curricular obrigatória que guardem pertinência com o tema e o projeto político-pedagógico da escola, visando oferecer aos alunos noções sobre as ameaças dos regimes: I – nazista; II – fascista; III – socialista e; IV – comunista.

Na justificativa que acompanha o projeto de lei, o autor argumenta que “apesar de estes regimes estarem em lados opostos, milhões de pessoas sofreram nas mãos destes governos totalitários e autoritários. Houve holocaustos, grandes fomes, perseguição a determinados grupos étnico-ideológicos, entre muitas outras formas de opressão”.

Com a aprovação do projeto de lei, será possível garantir ao aluno a imparcialidade que a escola deve adotar ao ensinar estes regimes políticos, presentes durante a história recente em vários países do mundo.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa manifestou-se pela LEGALIDADE do projeto de lei.

Entendemos que os temas sobre nazismo, fascismo, socialismo e comunismo já se encontram inseridos nas grades curriculares das matérias de história e geografia, conforme abaixo:

- Grade curricular de História no ensino fundamental do 9º ano: Capitalismo e Socialismo; A crise do Socialismo. Ensino médio conteúdo específico do 3º ano: Guerra fria: Capitalismo x Socialismo; Totalitarismo (Nazifascismo); Crise do Socialismo.
- Grade curricular de Geografia no ensino fundamental do 8º ano: As ideias socialistas, comunistas e anarquistas nas associações de trabalhadores. Ensino médio 2º ano: Socialismo, comunismo e anarquismo.

No artigo Praticando currículo integrado no ensino de geopolítica, de autoria de Solange Francieli Vieira e Cristiane Aparecida Fontana Grümmer, apresentado no 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia da Universidade Estadual de Campinas, foi demonstrada a importância da interdisciplinaridade para o ensino da geopolítica:

O conceito “geopolítica” é amplamente utilizado nas disciplinas de história e geografia e remete explicitamente às disputas de poder no espaço mundial. A noção de poder implica em dominação, via Estado ou não, e em relações de assimetria (que podem ser culturais, sexuais, econômicas, repressivas e/ou militares).



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PL 762/2021

Segundo Becker (2012), as relações entre a geografia e geopolítica se insere no contexto da velocidade das transformações no pós Segunda Guerra Mundial e da crise da ciência social, que não consegue dar conta das novas estruturas de poder. Novas problemáticas têm que ser incorporadas à explicação da crescente globalização e complexidade do mundo. O rompimento das barreiras entre as disciplinas – a transdisciplinaridade – parecem hoje tornar-se uma exigência, integrado à natureza holística e estratégica do espaço, pode representar um passo importante, pois que o poder o espaço e suas relações são, sem dúvida, problemáticas contemporâneas significativas.

Nessa perspectiva, o ensino da geografia e da história nos coloca uma considerável responsabilidade a formação de sujeitos que compreendam e interpretem historicamente a realidade que vivem e coloquem-se no papel de protagonistas atuantes na sociedade, capaz de transformá-la e ressignificá-la de acordo com as necessidades. Assim, o processo de ensino-aprendizagem dessas disciplinas é muito complexo e delicado, visto que além de problematizar as transformações geográficas ocorridas em todo o contexto histórico vivenciado pela humanidade, também tem como meta situar o aluno como sujeito atuante no espaço geográfico, na sociedade e no tempo histórico e, portanto, como construtor de sua própria história e da própria realidade em que está inserido.

Resgatar, através de atividades interdisciplinares, a intrínseca relação entre a geografia e a história e entre conceitos básicos dessas áreas do saber escolar, são essenciais para a reconstrução da totalidade do conhecimento.

O estudo da geopolítica através de aproximações entre as disciplinas de geografia e história é de fundamental importância tanto para a compreensão da totalidade do conhecimento e da realidade quanto para instrumentalizar os sujeitos históricos a interpretar e compreenderem a realidade que está inserido. De acordo com Giroto e Santos (2001), apesar de verificarmos diariamente várias estratégias de controle territorial sendo colocadas na prática, seja pela ação de corporações transnacionais que buscam melhores áreas para a produção e realização da mais valia, seja pela ação de Estado Nacionais que produzem guerras e conflitos com vistas a ter acesso a reservas importantes de matérias-primas, pouco temos contribuído como professores, para que os alunos possam construir interpretações mais profundas e ricas em detalhes sobre tais fenômenos.

(Fonte: Vieira, Solange Francieli; Grüm, Cristiane Aparecida Fontana. *Praticando currículo integrado no ensino de geopolítica*. 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: file:///C:/Users/setak/Downloads/vanessajdasilva,+4009_4020_Vieira_Gr%C3%BCmm.pdf. Consultado em: 19/05/2022)

Sem prejuízo de uma análise mais aprofundada pela Comissão de Mérito subsequente, a qual possui maior proximidade com a matéria, quanto aos aspectos a



PL 762/2021

serem analisados por este colegiado, a Comissão de Administração Pública manifesta-se FAVORÁVEL ao projeto de lei.

Sala da Comissão de Administração Pública, em